



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
COMISSÃO DE ENSINO DO CAMPUS CAÇAPAVA DO SUL  
ATA 003/2018

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezoito, reuniram-se ordinariamente, os membros da comissão local de ensino, do campus Caçapava do Sul: Ângela Maria Hartmann, Éverton Frigo, Paulo Sartori, Ítalo Gonçalves, Luis Eduardo de Souza, Marcio André Rodrigues Martins, Maria Lúcia Pozzatti Flôres, Vicente Guilherme Lopes, Vinícius Matté, Vitalino Cesca Filho, Zilamar Ferreira, Cristina Oliveira, Cristiane Lenz Dalla Corte, o representante discente Heitor Nóbrega e o professor Ricardo Machado Ellensohn. Deu-se início a reunião com a apresentação dos informes. O professor Ricardo iniciou pela apresentação dos **Memorandos 005/2018/PROGRAD e Ofício 058/2018/MPF**, dos quais estabelecem que sejam lançados no SIE, ao início de cada semestre, as componentes ofertadas, os docentes responsáveis, bem como local, dias da semana e horários. Estas informações devem estar à disposição de toda a comunidade acadêmica, conforme recomendação do Ministério Público Federal em seu Ofício 058/2018/MPF. O professor Ricardo reforçou a importância de se atender estas orientações e, portanto, a necessidade de que cada Coordenação encaminhe à Secretaria Acadêmica a relação de docentes em TCC e Estágio. Ficou definido que as Coordenações terão até 10 (dez) dias após o final do período da matrícula para encaminhar estas informações. O professor Ricardo manifestou sua contrariedade ao controle absoluto da jornada de trabalho dos servidores docentes, tendo em vista as características das suas atividades e que, portanto, cabe à comunidade acadêmica reagir e impedir este tipo de controle. Manifestou, entretanto, que cabe a cada servidor cumprir com suas obrigações e ter responsabilidade com sua função enquanto servidor público. Com relação ao **Memo. Circular 103/2018/DC**, o professor Ricardo explicou que a medida foi necessária para evitar que servidores diretamente vinculados às atividades de ensino saiam de férias durante o período letivo, comprometendo as atividades de ensino. Explicou que situações excepcionais poderão ser autorizadas pela chefia imediata, desde que garantido o não prejuízo às atividades de ensino. Segundo a PROGEPE, os períodos de férias devem ser gozados dentro do ano em exercício, preferencialmente. A interrupção de férias não poderão mais ser solicitadas pelo servidor, mas somente por convocação da chefia. O professor Ricardo informou ainda que Coordenadores de Curso e seus Substitutos não poderão gozar férias no mesmo período, ainda que seja durante o recesso letivo, a menos que indiquem outro servidor para assumir a função no referido período. A seguir passou-se a **aprovação do Ad referendum dos Projetos e Relatórios de Ensino**, a saber. Projetos: Aprendendo Elaborar um Projeto de Pesquisa (Renovação) – Coordenado por Rafael Matias Feltrin; Desenvolvimento de equipamentos de baixo custo para usos didáticos e para pesquisas nas áreas de Hidráulica, Hidrologia e Ciência do Solo - Coordenado por Rafael Matias Feltrin; Monitoria de Petrologia, Mineralogia e Mapeamento geológico - Coordenado por Vinícius Matté; A teoria na prática: ciclo de palestras sobre mineração e meio ambiente (edição 2018) - Coordenado por Régis Sebben Paranhos; Monitoria de Libras - Coordenado por Cássia Silva; Projeto de monitoria em Cálculo I - Coordenado por Maria Lucia Pozzatti Flôres; Projeto Pedreira Escola – Qualificando e aprofundando o conhecimento em Geociências - Coordenado por Felipe Guadagnin; Relembrando conceitos de Matemática Básica (RMB) - Coordenado por Daniela de Rosso Tolfo; Desenvolvimento teórico-metodológico e aplicação de estratégias pedagógicas para o ensino experimental em Ciências: Atividade Experimental Problematicada (AEP) – Coordenado por André Luís Silva da Silva. Relatórios: Monitoria da disciplina de





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
COMISSÃO DE ENSINO DO CAMPUS CAÇAPAVA DO SUL  
ATA 003/2018

Libras – Coordenado por Cássia Silva; Mapeamento e Modelagem Geológica Digital – Coordenado por Felipe Guadagnin; Desenvolvimento de equipamentos de baixo custo para usos didáticos e para pesquisas nas áreas de Hidráulica, Hidrologia e Ciência do Solo – Coordenado por Rafael Matias Feltrin; Monitoria de Petrologia, Mineralogia e Mapeamento geológico – Coordenado por Vinicius Matté. Submetidos ao apreciação, todos foram aprovados por unanimidade. Passou a apreciar o ponto **Extinção da oferta para ingresso no Curso de Ciências Exatas – Licenciatura**, o qual foi excluído de pauta por solicitação da professora Ângela, tendo em vista que a extinção de oferta do curso sem a devida aprovação do ABI em todas as instâncias pode comprometer a entrada de novos discentes no próximo processo seletivo. Todos os membros manifestaram-se favoráveis a exclusão do ponto de pauta. A seguir passou-se apresentação do próximo ponto de pauta, o qual tratou do **Descredenciamento de docentes do PPGTM**. O professor Luis Eduardo de Souza explicou os motivos pelos quais o desligamento estava sendo solicitado, destacando principalmente a situação atual da Universidade e a falta de recursos financeiros. Após explanação, o desligamento dos professores Raul Oliveira Neto (docente permanente) e Viter Magalhães Pinto (docente colaborador) foram colocados em votação, o desligamento do PPGTM foi aprovado unanimemente. Como próximo ponto de pauta, o professor Ricardo apresentou o calendário de reuniões da CLE para o ano de 2018, destacando que, eventualmente, algumas destas datas poderiam sofrer alterações. As datas pré-agendadas ficaram assim definidas: 16/05; 13/06; 18/07; 08/08; 12/09; 17/10; 14/11 e 12/12. Ficou definido que os cursos estudem a possibilidade de reservar o horários das 16h às 18h para as reuniões das comissões de curso, mas para isso, os horários dos cursos já devem prever a esta situação e, portanto, não poderá haver oferta de componentes neste período. O professor Ricardo esclareceu que isso só será possível se todos os cursos adotarem, caso contrário fica inviabilizada a proposta. Como último ponto de pauta foi colocado em discussão a **criação de Critérios para a elaboração da planilha de distribuição de vagas docentes do campus**. O professor Ricardo iniciou com a leitura da carta enviada pela professora Luciana Abichequer, a qual questiona algumas situações que estão supostamente sendo levadas em conta para a construção da planilha. O professor Ricardo, após a leitura, esclareceu que as questões apontadas, os dados e números levantados pela professora Luciana são hipotéticas, portanto, não cabe discussão. Na opinião da Coordenação da Comissão, os questionamentos devem ser apresentados após terem sido definidos ou, no mínimo apresentados os critérios, antes disso, as discussões passam a não fazer nenhum sentido. O professor Ricardo sugere que a construção da planilha tem que levar em consideração a realidade atual do campus e dos cursos. Que as vagas docentes serão para 30 anos e, portanto, há de se pensar na possibilidade destes novos servidores tornarem-se ociosos a curto espaço de tempo. Destacou a necessidade de consultar os relatórios de oferta e vagas preenchidas por componentes, de modo a identificar componentes que estejam sendo ofertadas de forma duplicada e que na verdade possuem número muito baixo de matriculados. Neste sentido, manifestou que componentes de TCC e Estágio não devem ser consideradas de forma duplicada na planilha, pois possuem números de matriculados muito pequeno a cada semestre e poderiam gerar uma interpretação equivocada de necessidade docente. Por fim esclareceu que a oferta eventual de componentes duplicadas poderão ocorrer a qualquer tempo, mas que esta oferta não constará na planilha. A seguir abriu o espaço aos membros para que





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
COMISSÃO DE ENSINO DO CAMPUS CAÇAPAVA DO SUL  
ATA 003/2018\*

se manifestassem. Foram feitas algumas considerações que demonstram a preocupação do professor Vinícius Matté e Ângela M. Hartmann sobre as Atividades de Campo, as Componentes Práticas de Laboratórios e a Regência. Neste sentido o professor Ricardo reconheceu que as atividades de campo exigem um olhar diferenciado, principalmente quando se leva em consideração os aspectos de segurança envolvidos, no entanto, entende que nem todas as componentes que preveem estas atividades devem ser consideradas na planilha, há de se verificar o histórico de matriculados e a definição de um número máximo de alunos por docente, de modo a garantir um atendimento adequado aos discentes. O mesmo raciocínio deve ser levado em consideração às componentes com práticas de laboratório, principalmente quando os espaços físicos delimitam o número de alunos matriculados na componentes. Sendo assim, componentes de início de curso, por possuírem maior número de matriculados, devem ser consideradas na planilha, enquanto que componentes de final de curso, em virtude do baixo número de matriculados, não devem ser consideradas para a construção da planilha. Os TCC, por apresentar número variado de matriculados de um semestre para o outro e, principalmente, pelo baixo número de matrículas não devem entrar no cômputo. Com relação à Regência, por entender que a carga horária da componente não é exclusivamente acompanhamento, que o próprio PPC do curso prevê um número de 15 alunos por docente orientador e, por fim, o baixo número de matriculados, o professor Ricardo manifestou-se também contrário a duplicação na planilha. Ao final das ponderações, os membros da CLE entenderam a necessidade de criação dos critérios para nortear a construção da planilha. Atingido o tempo máximo de reunião, o professor Ricardo solicitou aos presentes que tragam para a próxima reunião a proposição de novos critérios e que estes sejam previamente discutidos no âmbito das comissões de curso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a seguinte ata, a qual vai assinada pelos presentes.